

DESTAQUES DO PORTAL A TARDE



Sensual, Preta Gil lança clipe de "Cheia de desejo"
atarde.com.br/cultura

Ex-namorada de Renato Fecchine o denuncia por agressão
atarde.com.br/bahia

www.atarde.com.br
71 3340-8991 (Cidadão Reporter)
71 99601-0020 (WhatsApp)

EDITORIAL Guerra tributária

A exemplo de Japão, Grécia, Bélgica e Reino Unido, o Brasil precisa ser parte da lista de países que sinalizam a intenção de reduzir tributos corporativos, num prazo máximo de dois anos, e assim evitar perda de mercado. A vizinha Argentina, aliás, já está à frente, ao diminuir a alíquota do imposto sobre o lucro das empresas de 35% para 30% sobre o imposto corporativo, enquanto o Brasil estacionou e ainda reluta a regressar os 34%, considerado muito maior do que a cobrança média – de 24% – por países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A regra é simples: diminuir para crescer.

O período é de mudanças, apesar do delicado momento pré-eleições presidenciais, com parlamentares ariscos e res-

Reduzir os tributos corporativos significa ser competitivo e recolocar o país entre os grandes polos de atração de investimentos

abiados a qualquer movimento que possa ser um risco à permanência no Congresso. No entanto, atualizar a carga tributária, além de rever os próprios mecanismos que a sustentem, corre em paralelo ao amaranhado de dívidas e dúvidas na relação do governo com pessoas jurídicas.

Analistas econômicos abordam o assunto como uma guerra fiscal global, que coloca em jogo os investimentos e a empregabilidade dos países, ou seja, o desafio é como aumentar a arrecadação num panorama mundial inédito, com as nações ainda em processo de recuperação da economia, ao mesmo

tempo em que a sociedade civil e as empresas exigem flexibilização das regras em busca de benefícios fiscais de acordo com a realidade, seja na geração de crédito ou nas isenções.

Para o Brasil, a revisão de alíquotas se torna mais do que estratégica, é uma urgência. Até o momento, o governo apenas prolonga a guerra fiscal com leis imediatistas, que só empurram o cerne da questão para um futuro que está sempre muito mais próximo do que imaginam. Reduzir os tributos corporativos significa ser competitivo e recolocar o país entre os grandes polos de atração de investimentos.

BRUNO AZIZ



A Ponte do Não Retorno

José Carlos Aleluia

Deputado Federal e Presidente Estadual do Democratas
jcaleluia@uol.com.br

Coreia do Norte e Coreia do Sul. Em novembro de 2014, senti a atmosfera da divisão dessa nação. Em Seul, na parte meridional do paralelo 38, marco divisorio do território, eu participava da reunião do Comitê Executivo da União Democrática Internacional, instituição criada por inspiração de Margaret Thatcher, e fui convidado pelo governo local para uma visita oficial à Zona Desmilitarizada.

Durante a jornada, sob a proteção de militares de vários países, muitas coisas me impressionaram, mas nenhuma com tanta profundidade como a visão da Ponte do Não Retorno. Ela esteve aberta para o trânsito entre as duas Coreias, por prazo determinado, durante o período final das negociações de paz. Era possível fazer a escolha entre o comunismo do Norte e a liberdade do Sul.

A Ponte do Não Retorno me despertou o interesse pelo destino dos que se dividiram entre as duas bandas do país cindido. Na leitura do livro "Por que as Nações Fracassam", de Daron Acemoglu e James Robinson, fiquei sabendo da história de Hwang Pyong-Won e seu irmão. A dupla foi um dos exemplos de ruptura familiar, causada pela invasão do exército norte-coreano.

Hwang conseguiu escapar das garras militares e permanecer no Sul. A mesma sorte não teve o irmão. Médico, ele cuidava em Seul dos soldados sul-coreanos feridos, mas acabou sendo capturado pelo exército do norte. Os dois familiares só se reencontrariam 50 anos depois, em 2000, quando os dois governos concordaram em iniciar um programa restrito de reunificação familiar.

O relato do encontro de dois irmãos de uma família coreana apartada revela a abissal diferença de qualidade de vida e de liberdade. Mesmo sendo médico e trabalhando na aeronáutica, boa colocação em uma ditadura militar, o irmão de Hwang vivia miseravelmente. Estava bastante magro e o casaco puído que usava lhe fora emprestado pelo governo para aquela ocasião. Ele nem pôde aceitar a proposta de Hwang, que era farmacêutico em Seul, de trocar o sobretudo velho dele pelo novo que o irmão vestia.

A prosperidade brotou ao sul da Coreia, tornando a região numa das mais ricas do mundo. Ao norte, uma ditadura comunista continua mantendo a população em condições miseráveis de vida, enquanto um dinasta vive como rei e não economiza recursos públicos com seus delírios beligerantes.

No Brasil, quase tomávamos o rumo da Coreia do Norte, que, na América do Sul, tem sido a opção do bolivarianismo venezuelano, com seus resultados nada alvissareiros: fome e terror. Mas nós, brasileiros, temos neste ano a opção de escolher em que cabeceira da nossa Ponte do Não Retorno queremos levar os nossos filhos: o lado da prosperidade com liberdade, como fizeram os que ficaram na Coreia do Sul, ou o da pobreza e da tirania, como os que ficaram presos na Coreia do Norte.

Saneamento básico no Brasil

Ricardo Silva São Pedro

Engenheiro Civil/UFBA, pós-graduado em Planejamento de Projetos e Obras/Uneb
ricardosilvasaopedro@hotmail.com

O saneamento básico é um desafio para todos os brasileiros, pois existe muita coisa proposta no papel, mas nada de iniciativa efetiva para a mudança da realidade existente no país.

Os números são de 2015, compreendendo dados entre os anos de 2007 e 2015, e trazem uma realidade que dita que o total de brasileiros atendidos por abastecimento de água tratada passou de 80,9% para 83,3%, a população atendida por coleta de esgoto passou de 42% para 50,3%, o percentual de esgoto tratado foi de 32,5% para 42,7%, a região Norte segue com os indicadores mais baixos do país (56,9% para cobertura de água, 8,7% para esgoto e 16,4% para esgoto tratado), a Sudeste continua como a região com a melhor situação: 91,2% (água), 77,2% (es-

goto) e 47,4% (tratamento de esgoto).

Observando os dados trazidos pelo estudo, vemos que, num período de oito anos, em pouco evoluímos na realidade do saneamento básico no Brasil.

A falta de saneamento adequado traz não apenas problemas sociais ao país, mas também ambientais, financeiros e de saúde, já que é um fator importante na disseminação de doenças.

A Lei do Saneamento Básico, nº 11.445/07, prevê a universalização dos serviços de abastecimento de água e de tratamento da rede de esgoto no país, tendo como um dos principais pilares a elaboração de um plano municipal do setor para cada cidade. Além disso, a lei estabeleceu regras básicas para o setor ao definir as competências do governo federal, dos estados e dos municípios para os serviços, bem como a regulamentação e a participação de empresas privadas. Apesar de 10 anos de sua edição, muito pouco foi feito.

A dificuldade reside justamente na adesão das prefeituras, no país, e na falta de aten-

dimento ao previsto em lei, muitas vezes pela falta de interesse dos prefeitos e outras vezes pela ausência de capacitação técnica de seus quadros, nas prefeituras.

Em paralelo com a Lei do Saneamento Básico, um plano nacional foi elaborado e lançado em 2014, pelo governo federal, para servir de base para o setor. Os investimentos necessários são altos e o ritmo para a universalização dos serviços é lento. Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que, com o ritmo atual de investimentos, o Brasil apenas conseguirá universalizar o atendimento de água em 2043, e de esgoto, em 2054.

A única saída para a população é se unir e lutar pelo cumprimento da lei, juntando-se em associações e cobrando nas prefeituras pela elaboração dos planos de saneamento, que são sua obrigação. Temos que exercer a nossa condição de cidadãos e cobrar daqueles que são eleitos para que façam sua obrigação enquanto gestores. Os brasileiros são os únicos responsáveis pela mudança do Brasil.